



**9º Encontro Internacional de Política Social**  
**16º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises  
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

---

Eixo: **Marxismo, teoria social e crítica da economia política.**

**Glosas Marginais entre Cooperativismo e Desenvolvimento: respostas da classe trabalhadora do Norte e América Latina**

**Jéssica Evelyn Vasconcelos Alves<sup>1</sup>**  
**Sandra Rangel de Souza Miscali<sup>2</sup>**  
**Shirlena Campos de Souza Amaral<sup>3</sup>**

**Resumo:** O desenvolvimento alternativo formulado e praticado baseado na igualdade, solidariedade e na proteção do meio ambiente, diferencia-se do desenvolvimento capitalista centrado na aceleração do crescimento econômico ao custo das massas trabalhadoras e da natureza. Sob a ótica de referências marxistas e fazendo uso da "hermenêutica das emergências" pretende-se interpretar de que modo as classes trabalhadoras resistem à hegemonia capitalista. Assim, o presente ensaio intenciona compreender o cooperativismo como estratégia social frente ao modelo de desenvolvimento da ordem capitalista. Como método optou-se na utilização de dados empíricos, primários e secundários, do projeto PEA-PESCARTE e da revisão de literatura a partir das obras de autores que debateram acerca do cooperativismo como alternativa ao desenvolvimento convencional elitista e exclusivista.

**Palavras-chave:** Cooperativismo. Desenvolvimento. Pescarte. Marxismo. Políticas Públicas.

**Marginal Glosses Between Cooperativism and Development: Responses from the working class in North and Latin America**

**Abstract:** Alternative development formulated and practiced based on equality, solidarity and protection of the environment, differs from capitalist development centered on accelerating economic growth at the expense of the working masses and nature. From the perspective of Marxist references and making use of the "hermeneutics of emergencies", it is intended to interpret how the working classes resist capitalist hegemony. Thus, this essay intends to understand cooperativism as a social strategy against the model of development of the capitalist order. As a method, we chose to use empirical data, primary and secondary, from the PEA-PESCARTE project and the literature review based on the works of authors who debated about cooperativism as an alternative to conventional elitist and exclusivist development.

**Keywords:** Cooperativism. Development. Pescarte. Marxism. Public policy.

## INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). E-mail: jessicaevelynvasconcelos@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Políticas Sociais Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), e Coordenadora Senior da Associação Raízes. Email: sandra@neabc.org.br.

<sup>3</sup> Doutora em Ciências Sociais e Jurídicas da Universidade Federal Fluminense (UFF), e Professora da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). E-mail: shirlena@uenf.br.

O desenvolvimento alternativo formulado e praticado baseado na igualdade, solidariedade e na proteção do meio ambiente, diferencia-se do desenvolvimento capitalista centrado na aceleração do crescimento econômico ao custo das massas trabalhadoras e da natureza. Assim, a busca de alternativas econômicas e sociais de potencial emancipatório e, baseadas na “associação econômica entre iguais e na propriedade solidária, não é uma tarefa nova!” (SANTOS, p.32, 2002a). As Classes Trabalhadoras atuam como movimentos contra-hegemônicos ao denunciar as mazelas da economia capitalista e seus efeitos na alternância dos ciclos de prosperidade e de crise, de modo a opor-se ao modelo de desenvolvimento predatório e dos efeitos atomizantes do mercado.

Sob a ótica de referências marxistas e fazendo uso da "hermenêutica das emergências" pretende-se interpretar de que modo as classes trabalhadoras resistem à hegemonia capitalista. Assim, o presente ensaio intenciona compreender o cooperativismo como estratégia social frente ao modelo de desenvolvimento da ordem capitalista. Como método optou-se na utilização de dados empíricos, primários e secundários, do projeto PEA-PESCARTE e da revisão de literatura a partir das obras de autores que debateram acerca do cooperativismo como alternativa ao desenvolvimento econômico capitalista (MARX; ENGELS, 2005; LÉNINE, 1977; AIT, 1928; CABALLERO, 1988; MARX, 1864; 2010; COQUE, 2002; LUXEMBURGO, 2005; SANTOS, 2002a; 2002b; PESCARTE, 2016).

Nesse sentido, o ensaio tem por perspectiva um panorama entre o cooperativismo e desenvolvimento, desta maneira, está disposto em Resposta Operária ao Desenvolvimento Capitalista do Estado Europeu e o Cooperativismo Europeu, Resposta da Classe Laboriosa ao Desenvolvimento Capitalista do Estado Latino-Americano e o Cooperativismo Latino-americano, e, Resposta da Classe Trabalhadora da Pesca Artesanal ao Desenvolvimento Capitalista do Estado Nacional e Cooperativismo PELA-PESCARTE.

## **1. DESENVOLVIMENTO**

## 1.1 Resposta operária ao desenvolvimento capitalista do estado europeu

A guerra social entre as classes tem como matriz as crises cíclicas da economia capitalista, em que a “sociedade burguesa assemelha-se a um feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que convocou” (MARX; ENGELS, 2005, p. 45). O cenário de “crise mundial de 1857-1858 confirmou a teoria do desenvolvimento da produção capitalista de Marx e Engels, a sua alternância em ciclos de prosperidade e de crise”, atingindo a economia e a indústria de diversos países, entre eles Londres e a Inglaterra, exorbitou-se o caráter insustentável e contraditório da ordem capitalista (BARSOTTI, 2009, p. 126).

No ciclo de prosperidade da economia capitalista a classe trabalhadora impõe uma economia política do operariado. Assim, o objetivo imediato configura-se na “constituição do proletariado em classe, derrubada da supremacia burguesa e conquista do poder político pelo proletariado” (MARX; ENGELS; 2005, p. 51). De modo a organizar a classe e de internacionalizar os conflitos, os movimentos de operários ingleses e franceses, de intelectuais e líderes políticos fundaram em assembleia, realizada em Londres, no dia 28 de setembro de 1864, a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). A Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores, redigida por Marx, marcou o início da I Internacional como força atuante no cenário europeu (MARX; ENGELS; 2005; MARX, 1864; TRAGTENBERG, 2008).

Em todos os países da Europa, tornou-se agora uma verdade comprovada por todo espírito imparcial – e só negada por aqueles cujo interesse é manter os outros num paraíso ilusório – que não havia aperfeiçoamento de maquinaria, aplicação de ciência à produção, inovação nos meios de comunicação, novas colônias, emigração, abertura de mercados, comércio livre, nem tudo isto somado, que pudesse acabar com a miséria das massas trabalhadoras; mas que, sobre as bases falsas que hoje existem, todo novo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho têm forçosamente que tender a aprofundar os contrastes sociais e aguçar os antagonismos sociais (MARX, 1864, p.3).

A AIT contrariava as declarações oficiais do governo sobre as condições dos trabalhadores, vista com um progresso “em grau que sabemos ser extraordinário e sem paralelo na história de qualquer país ou de qualquer era” (MARX, 1864, p.2). A fase de crescimento do ciclo da economia capitalista dava início à crise e à miséria para as classes laboriosas. É um fato “incontestável que a miséria das massas trabalhadoras não diminuiu entre 1848 e 1864 e, não obstante, esse período não tem paralelo no que diz respeito ao

desenvolvimento da indústria e à expansão do comércio” em que “o extasiante aumento de riqueza e de poder adstrito exclusivamente às classes possuidoras, era e está sendo, produzido pelas classes laboriosas” (MARX, 1864, p.1-2).

A economia política marxista faz crítica a economia política burguesa antirevolucionária. As políticas do estado de bem-estar social promovidas na democracia liberal perpetuam a hegemonia social e política da burguesia que, por meio da concessão e na ampliação direitos civis, sociais e políticos do proletariado dentro da ordem, manifesta-se em condições desiguais de *welfare state*, entre, operários e burgueses, e, os trabalhadores urbanos e rurais, em que a burguesia “subordinou o campo à cidade” (MARX; ENGELS, 2005, p. 44; ESPING-ANDERSEN, 1991; FERNANDES, 2018).

Frente a um período econômico de progresso da nação com o desenvolvimento da indústria, a classe trabalhadora encontra-se nas mais desvantajosas posições diante de um crescimento jamais visto na Inglaterra. Todavia, a classe operária triunfou ao adquirir Direitos Civis (MARSHALL, 1967). Ao conquistar “a lei da jornada de dez horas não foi apenas um grande êxito prático; foi a vitória de um princípio; pela primeira vez, em plena luz do dia, a economia política burguesa sucumbiu ante a economia política da classe operária.” (MARX, 1864, p. 4).

Ante o exposto, a AIT concentra as suas preocupações nas conquistas de direitos civis e políticos, dos meios de produção, de acumulação do capital e das condições mínimas de sobrevivência dos trabalhadores, pois “nos congressos realizados por ela, tiveram prioridade, nos debates, temas vinculados à luta pela redução das horas de trabalho, a exploração do trabalho do menor e da mulher, a luta contra o desemprego e seus efeitos sobre os trabalhadores (TRAGTENBERG, 2008, p.13). A partir de uma economia política marxista que “não abominava somente só os efeitos atomizantes do mercado, *mas também* atacava a convicção liberal de que os mercados garantem a igualdade” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 88), e, reagia ao “caráter destrutivo e centralizador da produção capitalista e a natureza destas crises cíclicas” (BARSOTTI, 2009, p.115).

## 1.2 Cooperativismo Europeu

O movimento cooperativismo iniciado por operários atua em resposta ao desenvolvimento capitalista e às crises cíclicas. Com a gestão da sua força de trabalho e seu capital, enquanto sistema de organização econômico dotado de valores fundamentais, atém-se ao domínio dos modos de produção e da mudança do círculo da exploração capitalista (PINHO, 1967; TRAGTENBERG, 2008). Para isso, deve vencer ao desafio imposto pela economia capitalista impiedosa na exploração da força do trabalho e utilizar de artifícios que driblam as técnicas do capital, para o aumento da mais-valia.

(...) por meio da intensificação do trabalho, de encurtar ou prolongar a sua duração conforme a conjuntura, de contratar ou dispensar a força do trabalho conforme as necessidades do mercado, numa palavra, praticar todos os métodos, sobejamente conhecidos, que permitam a uma empresa capitalista sobreviver” (LUXEMBURGO, 2005, p.26).

Sobre o movimento cooperativo a AIT pronuncia seu potencial revolucionário das relações de acumulação do capital. Não obstante, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais para que possa salvar as massas laboriosas (MARX, 1864).

As cooperativas demonstraram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna, pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utilizam o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer ante o trabalho associado desempenhando a sua tarefa com uma mão voluntariosa, um espírito pronto e um coração alegre (MARX, 1864, p. 6).

O cooperativismo “que se pode construir com apoio do Estado em uma sociedade nova do mesmo modo que um caminho-de-ferro novo, é [bem] digno da imaginação *liberal*” (MARX, 2010, p.137). Na iminência do projeto de unificação das organizações operárias alemãs, em 1875 em Gotha, a União Geral dos Operários Alemães e o Partido Operário Social-Democrata, Marx contribui ao formular aspectos fundamentais da revolução socialista. E sobre o cooperativismo defende que ao surgir da ajuda do Estado perde o seu valor “já que só têm valor na medida em que são criações dos operários, independentes, nem protegidas pelos governos, nem pelo burguês” (MARX, 2010, p.138).

Para Luxemburgo (2005) a natureza das instituições cooperativas é híbrida, aberta ao capital e sob o domínio do estado. As cooperativas enquanto instituições

inseridas na economia capitalista, são constituídas por trocas com o capital e “é por isso que, mesmo abstraindo do seu caráter híbrido, as cooperativas de produção não podem intervir numa reforma social geral” já que sua existência depende simultaneamente do cooperativismo de consumo, limitando-as aos pequenos mercados locais e aos produtos de primeira necessidade (LUXEMBURGO, 2005, p.27).

Sendo incapaz de transformar os modos de produção capitalista, uma revolução socialista que depende unicamente do cooperativismo “abandona a luta contra o capital da produção e contenta-se em dirigir os seus ataques contra o capital comercial, mais exatamente o pequeno e médio capital comercial” (LUXEMBURGO, 2005, p.27). A natureza híbrida das cooperativas mantêm fluxo com o capital e está sujeita a subordinação do estado, não sendo capaz de alcançar dimensões nacionais e internacionais de libertação das massas (MARX, 2010).

### **1.3 Resposta da Classe Laboriosa ao Desenvolvimento Capitalista do Estado Latino-Americano**

Na conjuntura de guerra civil e da Revolução Russa de 1917, surgia a III Internacional em 1919 em Moscou (TRAGTENBERG, 2008). Anos após, diante “A Crise 1929” que abalou a economia capitalista liberal mundial e atingiu duramente a “América latina e sua economia primário exportadora, e com mais intensidade, os países mineiros e Cuba” (CANO, 2015, p. 446). Foi realizado, o VI Congresso da Internacional Comunista de 1928 que de maneira incipiente manifesta inquietação sobre todos os continentes, povos, nações e raças, e, com o descontentamento, cada dia mais pronunciado, na América do Sul (AIT, 1928).

Com efeito, no ano seguinte, em junho de 1929 realizava-se a Primeira Conferência Comunista Latino Americana em Buenos Aires que desencadeou uma onda reacionária nos países Latino Americanos, entre eles o Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, México e Cuba, que tinha como objetivo a organização e centralização dos partidos e sindicatos, para internacionalização da revolução mundial, liderada pela Internacional Comunista (*Comintern*) (VIANA, 2020; CABALLERO, 1988).

A partir das ideias leninistas o movimento cooperativo se manteve nos planos da revolução e “el Leninismo está tan estrechamente ligado a la existencia del Partido

Comunista, y el partido a su vez a la Tercera Internacional” (CABALLERO, 1988, p. 16). Com o poder de Estado nas mãos da classe operária “e uma vez que a este poder de Estado pertencem todos os meios de produção, só nos resta efetivamente a tarefa de cooperativizar a população” (LÉNINE, 1977).

Diante desse cenário, a partir da primeira metade do século XIX tem se dado, o crescimento do movimento cooperativista no desenvolvimento econômico e social dos países da América Latina. Observa-se ainda que na Argentina, México e Venezuela a existência de empreendimentos cooperativos anteriores a da experiência inglesa, pelas populações indígenas (COQUE, 2002). A Grande Depressão influenciou na expansão do movimento “y fue a partir de la crisis de los años treinta que el modelo se desarrolló como opción de organización social y empresarial para responder a las necesidades de la época” (OIT, 2012, p. 31).

#### **1.4 Cooperativismo Latinoamericano**

No século XX, surge o cooperativismo agrícola moderno em Honduras, México, Argentina, Brasil e Uruguai influenciado por diferentes correntes e fruto de diversas origens e contexto, conforme Quadro 1 (COQUE, 2002), com origem os empreendimentos cooperativos modernos, em grande maioria, por “asociados (principalmente varones) que tradicionalmente habían sido parte del proletariado que servía de mano de obra para grandes incas. En algunos casos, éstas fueron compradas para convertirlas en cooperativas” (OIT, 2012, p. 41).

**Quadro 1:** Síntese da origem do cooperativismo Latinoamericano moderno

	Correntes fundadoras	Tipos	Características gerais
Correntes fundadoras	Europeia	<b>Cooperativismo Rural:</b> Cooperativas de consumo (modelo Rochdale) e cooperativas financeiras (modelos Raiffeisen e Luzzati). Apego às origens doutrinárias: educação cooperativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Experiências limitadas aos países com maior emigração:</li> <li>•Autônomo na origem e desenvolvimento: resistente à história de instabilidade do subcontinente               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Começam no final do século XIX</li> </ul> </li> <li>•Paraguai, mais recente: japoneses e alemães (anos 40) e menonitas (anos 50)</li> </ul>
		<b>Cooperativismo Urbano:</b> origem ligada ao sindicalismo, emigrantes das revoluções europeias: componente sociopolítica Resultados atuais: consumo urbano e cooperativismo de trabalho associado.	
	Católica	<b>Cooperativismo Rural:</b> promovia o desenvolvimento regional por meio de cooperativas de pescadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Doutrina Social da Igreja Católica</li> <li>•Experiência Antagônica: Nova Escócia –Canadá-, liderada por uma universidade jesuíta que aplicava técnicas de educação popular.</li> </ul>
		<b>Cooperativismo urbano:</b> Cooperativas locais de poupança e crédito (Andes, México, América Central)	
	Estatal/Nacionalista	<b>Cooperativismo Rural:</b> Cooperativas de trabalho associado rural <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cooperativas agrícolas para comercialização e outros serviços</li> <li>•Cooperativas habitacionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Institucionalização por meio de políticas nacionais e da reforma agrária</li> <li>•Controle das camadas sociais mais desfavorecidas • O Estado como principal fomentador histórico direto do cooperativismo latino-Americano               <ul style="list-style-type: none"> <li>• os governos têm feito pela promoção populista</li> <li>•A origem exógena: é um desenvolvimento organizacional insuficiente, que se manifesta na falta de identidade e princípios comuns</li> </ul> </li> </ul>

Fonte: Adaptado de COQUE, 2002.

O cooperativismo rural latino-americano tem liderado avanços, retrocessos e rupturas e da heterogeneidade das correntes, de acordo com a diversidade das respectivas configurações sociais dos países (COQUE, 2002, OIT, 2012). No Brasil, o principal setor cooperativo, agrícola, está sob forte influência da corrente Estatal/Nacionalista que tem como característica as Cooperativas de trabalho associado rural, Cooperativas agrícolas para comercialização e as Cooperativas habitacionais que funcionam por meio da institucionalização de políticas nacionais e da reforma agrária, ou seja, o Estado é o principal fomentador do cooperativismo, divergindo, das concepções marxistas de que o cooperativismo deve ser uma criação dos operários independentes do governo e da economia burguesa.



Frente a “Crise de 1929” o movimento cooperativo perde expressão, ressurgindo nos anos 80 com os projetos de democratização nacional, com as políticas de reforma agrária e dos esforços dos movimentos sociais rurais (FERNANDES, 1968; SINGER, 2002; CANO, 2015).

O crescimento do cooperativismo de trabalho no Brasil dos anos de 1990 não resulta efetivamente de um movimento de trabalhadores pela autogestão, e sim de situações pontuais de luta pela manutenção de empregos num contexto de crescimento do desemprego formal como resultado da reestruturação econômica (LIMA, 2009, p.125).

Na América Latina as cooperativas foram expressas na chamada Economia Solidária (SANTOS, 2002a). Verifica-se que, mediante ao conceito de Economia Solidária, o cooperativismo entrou na agenda Política Nacional juntamente com os programas de geração de trabalho e renda, que estavam presentes nas políticas assistenciais e de desenvolvimento local.

### **1.5 Resposta da Classe Trabalhadora da Pesca Artesanal ao Desenvolvimento Capitalista do Estado Nacional**

As políticas públicas nacionais reconhecem os trabalhadores da pesca artesanal. Reconhecendo como Pesca Comercial Artesanal praticada por pescador profissional, em regime de economia familiar e de forma autônoma, como definido por Lei Federal nº 11.959/2009 sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, para os efeitos desta Lei, classifica-se como Pesca Comercial Artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte.

Ainda, a política nacional dispõe no capítulo 2 sobre o direito ao defeso. Sendo esse benefício de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo, pago durante o período de paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal (BRASIL, 2003; 2009).

Nos governos populistas são promovidas políticas de Economia Solidária (COQUE, 2002). De 2003 a 2010 sob a regência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) o Partido dos Trabalhadores (PT) implementou mudanças em âmbito federal e

institucionalizou as Economias Alternativas no país. Por meio da abertura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) (SINGER, 2002; LIMA, 2009).

Na presidência de Dilma Rousseff (2011-2016), ações no governo federal no campo da Economia Solidária foram integradas ao Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário com a Lei nº 13.341, de 29 setembro de 2016, que dispõe nas área urbana de ações e programas que favorecem a inserção no mundo do trabalho por meio do emprego formal, do empreendedorismo ou de empreendimentos da Economia Solidária, e, na área rural oferece um conjunto de políticas públicas que criem oportunidades e permitam às famílias caminharem (SINGER, 2002; LIMA, 2009; BRASIL, 2016b).

Ante o exposto, os direitos civis reconhecidas nas políticas nacionais é uma conquista adquirida por trabalhadores da cadeia da pesca artesanal “são culturas que se marcam pelo nome de suas atividades, como pescadores, marisqueiras, borracheiros, dentre outros e, todas, portadoras de referência à identidade” (TIMÓTEO; MANHÃES, 2021, p.127). Bem como, as políticas nacionais e as legislações vigentes agem de modo a “respaldar o reconhecimento do multiculturalismo e investe arduamente na difícil tarefa de proteção aos diferentes grupos, buscando a valorização dos saberes e fazeres e antigas tradições” de modo que políticas públicas protegem “esse povo das forças homogeneizadoras do capitalismo transnacional” (TIMÓTEO; MANHÃES, 2021, p.131).

Nesse tocante, o cooperativismo busca a criação de formas de sociabilidade fundamentadas no trabalho colaborativo, na participação democrática e consolida-se como estratégia aos efeitos excludentes do individualismo liberal (SANTOS, 2002a). Como teoria social, as formas econômicas alternativas ao capitalismo são fundamentadas na defesa de uma economia de mercado baseada nos princípios não capitalistas e, por outro, faz crítica ao Estado centralizado (SANTOS, 2002a).

Com efeito, às estratégias alternativas tem como potencial serem iniciativas contra hegemônicas com o objetivo de democratizar a estrutura do poder do Estado, tendo por desenvolvimento “um processo ascendente, e uma experiência edificante, diretamente relevante para os pobres e oprimidos”, diferenciando-se, do modelo de desenvolvimento convencional elitista e exclusivista (SANTOS, p.102, 2002b).

## 1.6 Cooperativismo PEA-PESCARTE

O Programa de Educação Ambiental na Bacia de Campos PEA-BC atende às medidas mitigatórias da condicionante para licenças ambientais de acordo com a nota técnica CGPEG/DILIC/IBAMA 001/10 e a Instrução Normativa IBAMA 02/2012. De maneira a cumprir exigências legais acerca do Licenciamento Ambiental que envolvem atividades de exploração de gás e petróleo, o PEA-BC é composto por núcleos que têm por função a gestão dos projetos de Educação Ambiental desenvolvidos para as populações locais, principalmente, as mais afetadas pela atividade petrolífera.

Entre as empresas envolvidas está a Petrobras que na região Norte Fluminense desde o ano de 2016 mantém o projeto PEA-Pescarte, em parceria com as instituições de ensino; Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (FAPUR) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

O projeto PEA-Pescarte está inserido na linha de ação A que prevê a organização comunitária para a participação na gestão ambiental. Com atuação nos municípios São Francisco de Itabapoana, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Macaé, Quissamã, Carapebus, Cabo Frio, Rio das Ostras, Armação de Búzios e Arraial do Cabo, tem por objetivo a mobilização e organização das sujeitas e sujeitos da pesca artesanal mediante ações socioeducativa e fomentando projetos de Geração de Trabalho e Renda (GTR) nas comunidades pesqueiras do Litoral Fluminense na região da Bacia de Campos (BC) (PESCARTE, 2016; BRITO et. al., 2021; PEA-BC, 2021).

Nesse sentido, o projeto tem suas ações previstas no plano de trabalho e estão orientadas por eixos temáticos que incluem “Desenvolver cursos de Capacitação e Formação em Economia Solidária – Pesca, Arte e Gestão” e de “Estimular o associativismo entre comunidade e/ou localidades que possuam similaridades entre suas identidades produtivas” de modo que o cooperativismo fundamenta-se como estratégia econômica alternativa que possibilita trabalhadores da pesca artesanal o controle dos seus modos de produção. Atualmente, ações de cooperativismo são desenvolvidas nos municípios de São Francisco de Itabapoana com a Cooperativa de Agropecuária de Beneficiamento e Processamento de Pescado (COOPEASFI), em Quissamã na

Cooperativa Agropecuária de Produção Agrícola (COOPEBBR) e Cabo Frio com a Cooperativa de Pescadores Artesanais e Familiares (COOPACAF).

Em suma, o PEA-PESCARTE tem promovido por meio de ações socioeducativas a Economia Solidária na cadeia de pesca artesanal nos 10 municípios em que atua. Dessa maneira, observa-se que a perspectiva adotada pelo projeto contribuiu para a organização de trabalhadores da cadeia da pesca artesanal na adesão da economia cooperativista, em três dos municípios. Por essa ótica e a partir das reflexões teóricas abordadas *a priori*, considera-se que o projeto Pescarte enquanto política pública favorece a promoção de perspectivas fundamentadas na lógica contra hegemônica, as economias alternativas, que se configuram como resposta da classe trabalhadora da pesca à economia capitalista.

## 2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do exposto, o cooperativismo tem sido tema de controvérsias dentro dos campos teóricos e sociais nos distintos países dos continentes. Se por uma ótica é compreendido enquanto estratégia social capaz de transformar as relações capitalistas, a partir do controle Estado pelo proletariado organizado. Por outra, é somente uma forma menor de prejuízo ao sistema econômico predatório, sendo instituições cooperativas de natureza híbrida, aberta ao capital e sob o domínio do Estado, não têm valor na medida em que não são criações dos operários (LUXEMBURGO, 2005; MARX, 2010).

Nos países Latino-americanos o cooperativismo tem origem em contexto sociais diversos, com isso, configura-se na heterogeneidade de correntes e de dimensões sociais. Nesse sentido, reflete-se sobre o paradoxo Estado e Cooperativismo e, como este tem respondido ao Desenvolvimento Capitalista. Diante do trabalho associado ser uma conquista dos trabalhadores, o papel do Estado e das políticas públicas devem ater-se em assegurar recursos para garantia e manutenção de direitos, portanto, na promoção de políticas públicas e sociais de Economia Solidária que contribuam para a autonomia e a emancipação da classe trabalhadora. Atendo historicamente ao cooperativismo, mostra-se como alternativa aos trabalhadores nas crises cíclicas da economia global, no domínio dos modos de produção e da mudança do círculo da exploração capitalista.

## REFERÊNCIAS

AIT, ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL COMUNISTA. **Manifesto do VI Congresso da Internacional Comunista**. Ediciones Pasado y Presente, Cuadernos Pasado y Presente 66, 1977, pp. 87-95. Disponível em: <https://espai-marx.net/?p=11680>, 1928.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Inclusão produtiva urbana**. 2016a. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/inclusao-productiva-urbana-1>. Acesso em: 20 fev. 2023.

\_\_\_\_\_. **Inclusão produtiva rural**. 2016b. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/inclusao-productiva-urbana-1>. Acesso em: 20 fev. 2023.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.764. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 dez. 1971

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999. **Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme específica**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 nov. 1999.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.017, de 06 de abril de 1999. **Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 abr. 1999

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, **Concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.779.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.779.htm). Acesso em: 20 fev. 2023, 2003.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111959.htm), Acesso em: 20 fev. 2023, 2009.

BARSOTTI, PAULO. **Apresentação do dossiê Marx e Engels: crise econômica e revolução social (1844-1857)**. Dossiê: Artigos de Marx, Lutas Sociais, São Paulo, n.23, p.114-128, 2o sem. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18938?subid1=20221124-1222-51c0-9405-5f104f1cdaf4>. Acesso em: 20 fev. 2023, 2009.

BRITO, M. N.; SOARES, A. M. D.; TIMÓTEO, G. M. **Limites e possibilidades da Educação Ambiental Crítica: um olhar para o licenciamento ambiental** DIVERSITAS JOURNAL. Santana do Ipanema/AL. vol. 6, n. 1, p.976-998, 2021.

CANO, WILSON. **Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento.** Revista de Economia Política [online]. 2015, v. 35, n. 3 [Acessado 11 Dezembro 2022], pp. 444-460. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-31572015v35n03a04>>. ISSN 1809-4538. <https://doi.org/10.1590/0101-31572015v35n03a04>.

CABALLERO, MANUEL. **La Internacional comunista y la revolución latinoamericana**, 2ª ed. Caracas: Nueva Sociedad, 1988.

COQUE, MARTÍNEZ JORGE. **Las cooperativas en América Latina: visión histórica general y comentario de algunos países tipo.** CIRIEC-España, revista de economía pública, social y cooperativa, CIRIEC-España, número p. 145-172, 2002.

ESPING-ANDERSEN, GOSTA. **As três economias políticas do welfare state.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. 1991, n. 24 [Acessado 9 Dezembro 2022], pp. 85-116. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451991000200006>. Epub 21 Jan 2011. ISSN 1807-0175. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451991000200006>.

FERNANDES, FLORESTAN. **O que é revolução.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

\_\_\_\_\_. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento.** Cap. Crescimento econômico e instabilidade política no Brasil, p. 134-164 São Paulo: Zahar, 1968.

LÉNINE, VLADIMIR ILITCH. **Sobre a Cooperação.** Obras Escolhidas de V.I. Lénine Edição em Português da Editorial Avante, 1977, t3, pp 657-662 Traduzido das O. Completas de VI Lénine 5ª Ed. russo t.45 pp 369-377. Disponível em: <https://www.dorl.pcp.pt/index.php/obras-de-lnine-menumarxismoleninismo-101>

LIMA, JACOB CARLOS, **Paradoxos do trabalho associado.** Tempo Social [online]. 2009, v. 21, n. 1 [Acessado 18 Outubro 2022], pp. 113-132. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702009000100007>. Epub 25 Ago 2009. ISSN 1809-4554. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702009000100007>.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução?** 4ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status.** T.H. Marshall; introdução do prof. Phillip C. Schmitter; tradução de Meton Porto Gadelha. Imprensa: Rio de Janeiro, Zahar, 1867.

MANHÃES, K. R. TIMÓTEO, G. M. **O seguro especial e a insegurança jurídica no ato de cooperar-se.** In: Lucia Maria Machado Bógus; Augusto Cesar Salomão Mozine; Viviane Mozine Rodrigues. (Org.). POPULAÇÕES DA PESCA ARTESANAL: práticas, metodologias e experiências. 1.ed. Curitiba: CRV, 2021, v. 1, p. 127-145.

MARX, KARL; ENGELS, FRIEDRICH. **Manifesto Comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MARX, K. **Mensagem inaugural da associação internacional dos trabalhadores**. Fundada em 28 de Setembro de 1864 numa reunião pública, realizada em St. Martin's Hall, Long Acre, Londres. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1864/10/27.htm>. Acesso em: 2022, 1864.

MARX, K. H. **Glosas marginais ao programa do Partido Operário Alemão**. *Germinal: Marxismo E educação Em Debate*, 2(1), 128–143. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v2i1.9610>. Acesso em: 2022, 2010.

MOGROVEJO, RODRIGO; MORA, ALBERTO & VANHUYNEM, PHILIPPE, Eds. **El cooperativismo en América Latina. Una diversidad de contribuciones al desarrollo sostenible**. La Paz, OIT, Oficina de la OIT para los Países Andinos, 2012.

PEA-BC, INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO E GÁS. **Diagnóstico participativo**. Disponível em <http://www.pea-bc.ibp.org.br/index.php?view=pea-diagnostico>. Acesso em: 20 mai. 2021, 2021.

\_\_\_\_\_. **Programa de Educação Ambiental na Bacia de Campos (PEA-BC)**. Disponível em [http://pea-bc.ibp.org.br/arquivos/projetos/plano\\_trabalho/6\\_pescarte\\_plano%20de%20trabalho%20segundo%20ciclo\\_rev.02%20ibama%20final.pdf](http://pea-bc.ibp.org.br/arquivos/projetos/plano_trabalho/6_pescarte_plano%20de%20trabalho%20segundo%20ciclo_rev.02%20ibama%20final.pdf). Acesso em: 20 fev. 2023, 2016.

PINHO, DIVA BENEVIDES. **Doutrina cooperativista e desenvolvimento econômico**. 2. ed. atual. e ampl. São Paulo: Departamento de Assistência ao Cooperativismo, 1967. 40 p. Série geral / Departamento de Assistência ao Cooperativismo. Localização FEA, 1967.

SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002a.

SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira., 2002b.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 130p, 2002.

TRAGTENBERG, M. **Reflexões sobre o socialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

VIANNA, M. **A Primeira Conferência Comunista Latino Americana**. Buenos Aires, junho de 1929. *Revista Novos Rumos*, 57(1), 91–108. Disponível em <https://doi.org/10.36311/0102-5864.2020.v57n1.10.p91>. Acesso em: 20 mai. 2021, 1929.